

CONCORRÊNCIA nº 01/2021, Proc. nº 2020-6BHTL

QUESTIONAMENTO 2: (OLIVEIRA ARAÚJO ENGENHARIA)

Solicitamos alguns esclarecimentos em relação ao edital de CONCORRÊNCIA nº 01/2021, Proc. nº 2020-6BHTL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia consultiva para gerenciamento geral, elaboração de projetos e estudos técnicos, coordenação e fiscalização de obras para as edificações da rede estadual de Saúde, a saber:

1. No anexo II do edital - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS EXIGIDOS, no item 2, consta a seguinte informação: "**2 - A comprovação de disponibilidade de Usina de asfalto CBUQ, referida no Item 8.3.3, "b.1", do Edital, deverá ser efetivada até antes da assinatura do Contrato, por meio da comprovação da propriedade ou posse direta da Usina ou com a apresentação de contrato formal com terceiros que possuam a Usina instalada e em condições de imediato funcionamento.**" porém o item 8.3.3, mencionado na declaração, não foi localizado no edital.

Além disso, não foi localizado no edital a exigência de comprovação de disponibilidade de Usina de asfalto CBUQ.

Diante disto, solicitamos informação correta de tal exigência.

RESPOSTA: Informamos que o item 2 não se aplica, uma vez que foi inserido equivocadamente. Deste modo, o item deve ser desconsiderado.

QUESTIONAMENTO 6: (FOX ENGENHARIA)

1 - NO ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, Item 3 - Projetos, não há incidência do BDI sobre o valor unitário. Sendo assim, solicitamos a correção do item.

RESPOSTA: Informamos que conforme base utilizada, o B.D.I já está considerado para os itens de PROJETOS.

2 - No Anexo ANEXO V-G- COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI, no campo observação a fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos está incompleta, gentileza informar o método utilizado.

RESPOSTA: Todas as informações quanto à formação do percentual de BDI utilizado no presente orçamento, estão elencadas na composição analítica do referido BDI, conforme anexo (abaixo).

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

	Para Serviços de Engenharia
GRUPO A	
Despesas Financeiras	1,23%
Total Grupo A	1,23%
GRUPO B	
Administração Central	4,00%
Total Grupo B	4,00%
GRUPO C	
Bonificação	8,68%
Total Grupo C	8,68%
GRUPO D	
Seguros / Garantia	0,80%
Riscos	1,27%
Total Grupo D	2,07%
GRUPO E	
ISS	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
Total Grupo E	8,65%
BDI Total	27,74%

OBS:

1 - A fórmula para cálculo da taxa a ser acrescida aos custos diretos de um empreendimento a título de Benefícios e Despesas Indiretas é:

$$\text{BDI} = \frac{\{(1 + A) * (1 + B+D) * (1 + C)\}}{(1 - E)} - 1, \text{ onde:}$$

A = DESPESAS FINANCEIRAS
B = ADMINISTRAÇÃO CENTRAL;
C = BENEFÍCIO / LUCRO;
D = RISCOS, SEGUROS E GARANTIAS;
E = ISS + PIS + COFINS+INSS

- Discriminação do BDI**A – Despesas financeiras:**

são aquelas decorrentes do custo do capital de giro para fazer frente às despesas realizadas antes do efetivo recebimento das devidas receitas. Foi apropriada por estimativa com base na média proposta no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013, PLENÁRIO de 25 set.2013.

B – Administração Central:

são as despesas relativas à manutenção de parcela do custo do escritório central da empresa, tais como: instalações do imóvel/sede (custo de propriedade ou de locação de imóveis); aquisição e manutenção dos equipamentos da sede (computadores, ar condicionado, veículos e correlatos); despesas administrativas (secretária, vigilante, auxiliar de escritório, contínuo, assessorias terceirizadas - ex. contadoria); despesas com consumo (água, luz, telefone, material para escritório, material para limpeza, alimentos, etc). Foi apropriada por estimativa com base na média proposta no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013, PLENÁRIO de 25 set.2013.

C – Benefício/Lucro:

é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definidos com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto com base no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013, PLENÁRIO de 25 set.2013.

D – Riscos Imprevistos, Garantias e Seguros:

valores para cobertura de despesas imprevisíveis e os seguros e garantias estabelecidos no Projeto Básico e orientação contante no ACÓRDÃO Nº 2.622/2013, PLENÁRIO de 25 set.2013.

E – Valores Relativos aos Tributos:

– **Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS**, é imposto de competência municipal, consoante art. 156, inciso III, da Constituição Federal. Alíquota de 5% sobre o valor total da nota fiscal.

– **Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS**. A taxa do PIS, definida pelos Decretos-Lei nº 2.445 e 2.449/88, é de 0,65% sobre a receita operacional bruta.

– **Contribuição para o Programa de Financiamento da Seguridade Social – COFINS**, definida pela Lei 9.718/98, é de 3%, sobre a receita operacional bruta.